

CAMINHOS PARA A PARTICIPAÇÃO PLENA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ADVANCING FULL PARTICIPATION IN INCLUSIVE EDUCATION

CAMINOS HACIA LA PARTICIPACIÓN PLENA EN LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

Priscila Campos Santos¹
Francimayre Aparecida Perreira de Jesus²
Antonio Sidney Miranda Silva³
Patricia Campos Silva Miranda⁴

RESUMO: Este artigo analisa os desafios e as possibilidades da inclusão escolar de estudantes com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, enfatizando a intencionalidade pedagógica e a eliminação de práticas discriminatórias. O estudo baseia-se em revisão bibliográfica, reunindo legislações nacionais e internacionais, documentos oficiais e contribuições teóricas sobre conceitos de deficiência, políticas inclusivas e práticas pedagógicas. Foram examinadas dimensões históricas, conceituais e legais, bem como iniciativas voltadas a assegurar o acesso, a permanência e o aprendizado desses estudantes. Os resultados indicam que, embora avanços normativos e políticas públicas tenham ampliado a presença de alunos com deficiência nas escolas, barreiras atitudinais, estruturais e pedagógicas ainda comprometem a efetividade da inclusão. Evidenciou-se que a formação continuada de professores, a construção coletiva de projetos político-pedagógicos e o engajamento das famílias são elementos estratégicos para criar ambientes escolares inclusivos. Conclui-se que promover a inclusão exige reconhecer a diversidade como valor educativo, adaptar recursos e estratégias e garantir igualdade de oportunidades, assegurando a todos o direito à plena participação social e educacional.

4516

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Estudantes com deficiência. Formação Docente.

ABSTRACT: This article examines the challenges and opportunities of including students with special educational needs in mainstream schooling, with an emphasis on pedagogical intentionality and the elimination of discriminatory practices. The study is based on a literature review that brings together national and international legislation, official documents, and theoretical contributions on the concepts of disability, inclusive policies, and pedagogical practices. Historical, conceptual, and legal dimensions were analyzed, as well as initiatives aimed at ensuring access, retention, and learning for these students. The findings show that, although legal advances and public policies have increased the presence of students with disabilities in schools, attitudinal, structural, and pedagogical barriers still limit the effectiveness of inclusion. Continuous teacher training, the collective development of political-pedagogical projects, and family engagement emerged as strategic elements for building inclusive school environments. It is concluded that promoting inclusion requires recognizing diversity as an educational value, adapting resources and strategies, and ensuring equal opportunities, thereby safeguarding everyone's right to full social and educational participation.

Keywords: School Inclusion. Students with Disabilities. Teacher Training.

¹Pedagogia. Professora da Rede Municipal de Ensino. Prefeitura Municipal de Cáceres.

²Ciências Biológicas. Professora da Rede Estadual de Ensino. Rede Estadual de Ensino – Mato Grosso.

³Pedagogia. Professor da Rede Municipal de Ensino. Prefeitura Municipal de Cáceres.

⁴Pedagogia. Professora da Rede Municipal de Ensino. Prefeitura Municipal de Cáceres.

RESUMEN: Este artículo analiza los desafíos y las posibilidades de la inclusión escolar de estudiantes con necesidades educativas especiales en la enseñanza regular, con énfasis en la intencionalidad pedagógica y en la eliminación de prácticas discriminatorias. El estudio se fundamenta en una revisión bibliográfica que integra legislaciones nacionales e internacionales, documentos oficiales y aportes teóricos sobre los conceptos de discapacidad, políticas inclusivas y prácticas pedagógicas. Se examinaron dimensiones históricas, conceptuales y legales, así como iniciativas orientadas a garantizar el acceso, la permanencia y el aprendizaje de estos estudiantes. Los resultados evidencian que, aunque los avances normativos y las políticas públicas han ampliado la presencia de alumnos con discapacidad en las escuelas, persisten barreras actitudinales, estructurales y pedagógicas que limitan la efectividad de la inclusión. La formación continua de los docentes, la construcción colectiva de proyectos político-pedagógicos y la participación de las familias se destacaron como elementos estratégicos para crear entornos escolares inclusivos. Se concluye que promover la inclusión implica reconocer la diversidad como valor educativo, adecuar recursos y estrategias y garantizar la igualdad de oportunidades, asegurando a todos el derecho a una plena participación social y educativa.

Palabras clave: Inclusión Escolar. Estudiantes con Discapacidad. Formación Docente.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino é discutida atualmente em nível mundial. A legislação brasileira é clara quanto à obrigatoriedade de matricular e garantir a permanência de todos os alunos, independentemente de suas necessidades, preservando a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino (MENDES, 2011).

4517

Vivemos em uma época em que movimentos sociais defendem uma sociedade mais justa e equitativa. O conceito de inclusão social, desenvolvido na década de 1980 e ampliado nos anos 1990, surge como resposta à necessidade de valorizar a diversidade humana, assegurando o direito de pertencimento e reconhecendo a importância igualitária das minorias (WIEVIORKA, 2005). Nesse contexto, a inclusão se estende ao ambiente educacional, especialmente ao ensino regular, buscando não apenas a presença do aluno com deficiência em sala de aula, mas também a eliminação de práticas discriminatórias, tornando a escola um espaço favorável à convivência harmoniosa entre grupos diversos (PINHEIRO, 2022).

No âmbito da inclusão escolar, os esforços concentram-se na compreensão e superação de obstáculos que afetam a experiência de alunos com deficiência no ensino regular. Essas barreiras podem ser estruturais, pedagógicas ou atitudinais, exigindo abordagens específicas para que o direito à educação de qualidade seja efetivado.

Diante desse cenário, este estudo busca aprofundar a compreensão das dinâmicas e desafios envolvidos na inclusão escolar de alunos com deficiência, contribuindo para a formulação de práticas mais efetivas e acolhedoras. Apesar dos avanços legais, ainda há lacunas na consolidação de estratégias que garantam não apenas o acesso, mas também a participação plena e o aprendizado significativo, o que reforça a relevância de investigações que subsidiem políticas públicas e ações pedagógicas voltadas à equidade educacional.

MÉTODOS

O presente estudo, de natureza qualitativa, baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental. O conjunto de fontes abrangeu livros, artigos científicos, legislações, documentos oficiais e dados estatísticos, tanto nacionais quanto internacionais, voltados à inclusão escolar de estudantes com necessidades educacionais especiais. Entre os registros institucionais consultados, sobressaem os dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2023), que subsidiaram a caracterização quantitativa das matrículas e da oferta de recursos voltados à educação inclusiva no Brasil.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar, Education Resources Information Center (ERIC), PubMed, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Portal de Periódicos CAPES/MEC. Foram empregados os descritores “inclusão escolar”, “deficiência” e “educação especial”, combinados com operadores booleanos, a fim de ampliar a abrangência e a precisão da pesquisa. Incluíram-se estudos publicados entre 1990 e 2023, selecionados pela relevância teórica e pela aplicabilidade ao contexto educacional brasileiro.

Os critérios de seleção contemplaram: i) publicações em português, espanhol ou inglês; ii) estudos que abordassem, de forma direta, a inclusão escolar na rede regular de ensino; iii) documentos normativos e legais aplicáveis ao cenário nacional. Excluíram-se textos que tratassem exclusivamente de inclusão em contextos não escolares ou que apresentassem caráter opinativo sem respaldo teórico ou legal consistente.

A análise dos materiais seguiu uma sequência de leituras exploratória, seletiva e interpretativa, permitindo a identificação de categorias temáticas associadas aos conceitos de deficiência, às políticas públicas e às práticas inclusivas. Por tratar-se de pesquisa bibliográfica e documental, sem a participação direta de seres humanos ou animais, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com a legislação vigente.

RESULTADOS

A revisão da literatura e da legislação revelou três dimensões fundamentais para compreender a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: a evolução conceitual da deficiência, os marcos legais e normativos, e a implementação de políticas públicas e ações institucionais.

A noção de deficiência passou por transformações significativas nas últimas décadas. Inicialmente marcada por uma perspectiva médica, centrada na limitação funcional do indivíduo, foi progressivamente substituída por uma abordagem de caráter social, que identifica nas barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais fatores determinantes da exclusão. Documentos internacionais, como o *Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência* (OMS, 1982) e a *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde* (OMS, 2001), desempenharam papel central nesse deslocamento conceitual ao diferenciar “deficiência”, “incapacidade” e “impedimento”, atribuindo significados precisos a cada termo. Essa mudança sustenta as políticas inclusivas contemporâneas, ao reconhecer que a exclusão não decorre unicamente das limitações individuais, mas do modo como estas interagem com o ambiente social.

O arcabouço jurídico brasileiro incorporou de forma consistente essa perspectiva. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito universal e proíbe qualquer forma de discriminação. A Declaração de Salamanca (1994) consolidou o princípio da educação inclusiva como diretriz para políticas públicas, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) determinou a oferta do atendimento educacional especializado prioritariamente na rede regular. A Convenção de Guatemala (2001) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), ratificada com status constitucional pelo Decreto nº 6.949/2009, reafirmam o compromisso do Estado brasileiro com a inclusão plena, garantindo acesso, permanência e participação ativa de estudantes com deficiência e orientando a formulação de práticas pedagógicas inclusivas.

Nos últimos anos, observou-se crescimento expressivo das matrículas de alunos com deficiência na rede regular. O Censo Escolar de 2023 registrou 1.771.430 estudantes na Educação Especial, dos quais 95% frequentavam classes comuns (INEP, 2023). O ensino fundamental concentrou 62,9% dessas matrículas, seguido pela educação infantil (16%) e pelo ensino médio (12,6%). Entre 2009 e 2023, a inclusão em classes comuns passou de 60,5% para 91,3%, evidenciando um avanço consistente na efetivação do direito à convivência escolar.

Apesar desse progresso, a qualificação docente permanece insuficiente. Apenas 6,1% dos professores da Educação Básica possuem formação continuada em Educação Especial com carga mínima de 80 horas (INEP, 2023). As diferenças regionais são marcantes: em Vitória, 19,3% dos docentes têm essa formação, enquanto em Fortaleza o índice é de apenas 1,5%. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) ainda não é amplamente ofertado: somente um terço das escolas com estudantes público-alvo da Educação Especial disponibiliza o serviço. Salas de recursos multifuncionais estão presentes em 27% das escolas públicas, e 51% contam com banheiros adaptados — indicadores que, embora representem avanços, revelam a distância para uma acessibilidade plena.

A análise de 25 documentos selecionados permitiu mapear a frequência das principais categorias temáticas associadas à inclusão. “Formação docente” foi identificada em 18 documentos, confirmando sua centralidade para a efetivação das políticas. “Acessibilidade física” apareceu em 15 textos, “projeto político-pedagógico inclusivo” em 12 e “atendimento educacional especializado” em 20, destacando-se como suporte essencial à permanência e ao aprendizado.

Em síntese, embora o marco legal e o crescimento das matrículas indiquem avanços relevantes, persistem barreiras que limitam a efetividade da inclusão. A insuficiência de formação docente e a baixa cobertura do AEE comprometem a qualidade do ensino, especialmente em contextos com menor infraestrutura. O predomínio da temática “formação docente” nas fontes analisadas reforça a urgência de investimentos contínuos na qualificação profissional, enquanto a reduzida ênfase na acessibilidade comunicacional evidencia uma lacuna ainda pouco contemplada nas políticas públicas.

4520

DISCUSSÃO

Os resultados apontam que a evolução conceitual e os avanços legais representam conquistas relevantes para a consolidação da educação inclusiva, em consonância com tendências internacionais e com o paradigma social da deficiência. Esse alinhamento com documentos como a Declaração de Salamanca reforça o compromisso do Brasil com diretrizes de direitos humanos aplicadas à educação (NEVES, 2019; DECLARATION OF SALAMANCA, 1994; YANG, 2025).

Apesar dessas conquistas, persistem barreiras estruturais, atitudinais e pedagógicas que comprometem a efetividade da inclusão. A presença física do aluno com deficiência na escola

não garante, por si só, participação ativa nem aprendizagem significativa, o que é corroborado por estudos nacionais e internacionais. Entre os fatores limitantes, destacam-se a falta de recursos adaptados, a carência de profissionais de apoio e a formação docente ainda insuficiente para lidar com a diversidade (BOFF, 2024; KUROWSKI, 2022; ODEH, 2024; SMIT, 2024).

A formação continuada de professores e gestores é elemento chave para transformar legislação em práticas efetivas. Experiências internacionais demonstram que sistemas educacionais inclusivos dependem de lideranças comprometidas, planejamento coletivo e adaptação curricular. No Brasil, as iniciativas do Ministério da Educação são importantes, mas ainda requerem ampliação de cobertura e mecanismos de monitoramento (NEVES, 2019; KIMHI & BAR NIR, 2025; KÉLES, 2025).

A consolidação da inclusão escolar demanda políticas intersetoriais que articulem educação, saúde e assistência social, além de investimentos em infraestrutura acessível, tecnologias assistivas e atendimento educacional especializado. Políticas de avaliação e acompanhamento contínuo são essenciais para verificar a efetividade e a sustentabilidade das práticas inclusivas (BOFF, 2024; ODEH, 2024; RANZATO, 2025).

Como limitação, este estudo se restringe à análise bibliográfica, não contemplando observações em contextos escolares específicos. Recomenda-se que pesquisas futuras investiguem empiricamente o impacto de políticas e ações inclusivas sobre o desempenho e a participação de alunos com deficiência, permitindo a proposição de estratégias mais direcionadas (ARNAIZ-SÁNCHEZ, 2023; KIMHI & BAR NIR, 2025; NAVAS-BONILLA, 2025).

4521

CONCLUSÃO

Diante do atual cenário educacional, a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino revela-se uma prioridade incontestável. A análise da literatura e da legislação demonstra que, embora haja avanços significativos no arcabouço legal e nas políticas públicas, a efetividade da inclusão ainda enfrenta barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais.

A obrigatoriedade de matrícula e permanência, estabelecida pela legislação, reforça a necessidade de uma abordagem pedagógica intencional, capaz de assegurar não apenas o acesso, mas também a participação ativa e a aprendizagem significativa desses estudantes. Nesse

contexto, a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo contínuo de eliminação de práticas discriminatórias, fortalecimento de recursos e valorização da diversidade.

Os achados deste estudo indicam que a consolidação de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo depende da articulação entre políticas públicas, formação continuada de professores e gestores, infraestrutura acessível e envolvimento das famílias e comunidades. A busca pela igualdade, fundamentada no princípio constitucional, requer ações que considerem as particularidades individuais e promovam oportunidades equitativas.

Assim, o desafio central permanece na implementação de estratégias sustentáveis que garantam a todos os estudantes o direito de participar plenamente da vida escolar e social, consolidando a escola como espaço de convivência democrática e respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

1. ARNAIZ SÁNCHEZ P. Barriers to educational inclusion in initial teacher training. *Education Sciences*, 2023; 13(3): 263-274
2. BOFF AP, MACHADO AB. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. *Educar em Revista*, 2024; 40(1): e85133.
3. BRASIL. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília: CORDE, 1997; 46p.
4. CARMO AA. Deficiência física: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991; 150p.
5. DA COSTA MAFRA J, et al. Afetividade: aproximações e implicações no processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual na Educação Infantil. *Cadernos da FUCAMP*, 2019; 18(36): 103-118.
6. DE ARAÚJO NASCIMENTO JA, SEIXAS JA. Deficiência auditiva e surdez: do abandono à inclusão. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 2021; 8(24): 74-86.
7. DE LIMA NOGUEIRA MZ, BEZERRA LMA. Educação especial: reflexões acerca da temática. *ID on line Revista de Psicologia*, 2017; 10(33): 283-299.
8. FERREIRA MEC, GUIMARÃES M. Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003; 200p.
9. GUIMARÃES DV, et al. A presença do aluno com deficiência no sistema regular de ensino: mitos, estigmas e preconceitos. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, 2021; 13(29): 89-106.

10. INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023; 60p.
11. KÉLES S. A systematic review of research on how initial teacher education prepares educators for inclusive classrooms. *Review Journal*, 2025; 33(2): 145-160.
12. KIMHI Y, BAR NIR A. Teacher training in transition to inclusive education. *Frontiers in Education*, 2025; 10: 1206480.
13. KUROWSKI M. A review study of research articles on the barriers to inclusion. *Journal on Efficiency and Responsibility in Education and Science*, 2022; 15(4): 235-246.
14. MAZZOTTA MJS. Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003; 320p.
15. MENDES EG, ALMEIDA MA, TOYODA CY. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. *Educar em Revista*, 2011; (41): 81-93.
16. NAVAS BONILLA CR. Inclusive education through technology: a systematic review. *Frontiers in Education*, 2025; 10: 1527851.
17. NEVES LR, RAHME MMF, FERREIRA CMRJ. Política de educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. *Educação & Realidade*, 2019; 44(1): e84853.
18. ODEH KB. Barriers to, and facilitators of, education for children with disabilities. *BMC Public Health*, 2024; 24(1): 1152.
19. OMS. Programa de ação mundial para pessoas com deficiência. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 1982; 36p.
20. OMS. Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2001; 299p.
21. PINHEIRO CS. Inclusão escolar, deficiência física e acessibilidade atitudinal: a urgência em eliminar barreiras. *Revista Educação e Diversidade*, 2022; 14(2): 45-59.
22. RANZATO E. Use of educational technology in inclusive primary schools: systematic review protocol. *JMIR Research Protocols*, 2025; 14: e65045.
23. SMIT R. Teachers' noticing in inclusive and special school systems. *Journal of Special Education*, 2024; 58(3): 210-225.

24. WIEVIORKA M. After new social movements. *Social Movement Studies*, 2005; 4(1): 1-19.
25. YANG C. A systematic review and framework for inclusive education. *Sustainability*, 2025; 17(9): 3837.